

## **LEI N.º 2.610, DE 27 DE JUNHO DE 2011.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.390/2007, ACRESCENTANDO AO ARTIGO 4º, OS PARÁGRAFOS PRIMEIRO (COM INCISO), SEGUNDO (COM INCISOS I, II, III, IV e V), TERCEIRO E QUARTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

*ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:*

**Artigo 1º** - Fica acrescentado ao artigo 4º da Lei Municipal nº 2.390, de 05 de dezembro de 2007, os parágrafos primeiro (com inciso), segundo (com incisos), terceiro e quarto:

**“§1º - Em caso de descumprimento, a empresa responsável sujeitar-se-á à seguinte penalidade:**

**I – multa diária equivalente a 20 (vinte) VRM – Valor de Referência do Município, com prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento a contar da ciência da autuação;**

**II – interdição da obra até sua regularização.**

**§2º - O auto de infração será lavrado pelo Fiscal de Obras e Posturas, ou outro funcionário designado para tal fim, em 03 (três) vias, no mínimo, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação do processo administrativo, devendo o respectivo auto conter:**

**I – nome da pessoa jurídica autuada, com o respectivo endereço;**

**II – o fato constitutivo da infração, com local, hora e data;**

**III – a disposição legal na qual está fundamentada a autuação;**

**IV – a penalidade imposta;**

**V – a assinatura do responsável local pela autuada ou seu preposto, que será, no caso de eventual recusa, certificada pelo funcionário autuante, sem prejuízo, neste caso, de notificação por carta registrada;**

**§3º - Terá a empresa autuada, a partir da data da notificação ou ciência, o prazo de 10 (dez) dias para interposição de eventual recurso ao Chefe do Executivo Municipal, que decidirá pelo seu provimento ou não.**

**§4º - Mantida a penalidade imposta, e esgotado o prazo sem que tenha havido o recolhimento da multa, esta será inscrita em dívida ativa na forma da lei pertinente, que instruirá ação judicial competente.”.**

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 27 de junho de 2011.

**ANTONIO ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal de Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**CLAYTON FERREIRA DA SILVA**

Secretário designado